



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ  
CONCIDADE - MARICÁ

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 14 de julho de 2020**

1 Aos quatorze dias do mês de julho de dois mil e vinte, foi realizada Reunião Ordinária do  
2 Conselho das Cidades de Maricá por videoconferência pela plataforma ZOOM, considerando o  
3 estado de pandemia em razão do coronavírus – Covid-19. A Reunião e a gravação da mesma  
4 foram iniciadas às nove horas e doze minutos, onde verificou-se o quórum necessário. Estiveram  
5 presentes os seguintes conselheiros titulares: Celso Cabral Nunes (Presidente), Ayrton de  
6 Oliveira Becalle, Cristiane Dutra, Eduardo Silva de Souza, João Carlos de Lima e Jorge  
7 Rodrigues de Andrade, e os seguintes conselheiros suplentes: Bruno Martins, Itamar José  
8 Nascimento, Jorge Marques B. Júnior, Pâmella Batista Leal e Washington Luiz da Silva.  
9 Estiveram presentes ainda: a secretária executiva Martha Ann Schmitz, os servidores da  
10 Secretaria de Urbanismo Júlio César Ramos, Mayara Ribeiro de Oliveira Silva e Will Robson  
11 Coelho, os funcionários do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM: Ana  
12 Carolina de Souza, Bernardo Mercante, Henrique Barandier, Jessica Ojana, Luna Costa de  
13 Oliveira e Manuela Scaldaferrri, a servidora da Secretaria de Participação Popular, Direitos  
14 Humanos e Mulher Vitória Marins e a servidora da Secretaria de Comunicação Social Kelly  
15 Rodrigues. A pauta da reunião será sobre a Apresentação do Plano de Trabalho da Revisão do  
16 Plano Diretor, o Adiamento das Eleições do Conselho da Cidade e Assuntos Gerais. A Reunião  
17 foi iniciada pelo presidente Celso que deu bom dia e agradeceu a presença de todos, informou  
18 que tínhamos uma programação para desenvolvimento do Plano Diretor – PD, mas com a  
19 pandemia do Covid-19 tivemos que reformular. Informa que conversamos com o IBAM que é o  
20 órgão que está nos apoiando sobre este assunto para ver, nesta fase embrionária, como vamos  
21 lidar com a situação e que estamos conversando com as demais secretarias e órgãos do Governo  
22 para ajudar na elaboração do PD. Fala ainda, que o conselho da cidade em 2014 era bastante ativo  
23 e com o retorno do presidente Celso em 2019, o mesmo percebeu que o conselho estava em  
24 segundo plano e começamos a reativá-lo para ter uma postura mais forte e participar mais das  
25 atividades da Prefeitura Municipal de Maricá - PMM e da comunidade, além de nos ajudar a  
26 resolver problemas que às vezes a PMM não está ciente. Comenta que quando começamos a ter  
27 uma interação grande com o conselho veio o final do ano e estávamos engajados em  
28 complementar algumas tarefas da secretaria e tínhamos que organizar a conferência para a nova  
29 eleição do conselho, além de não termos uma estrutura muito grande com uma capacidade de  
30 gerenciar isso tudo, e com isso o conselho ficou um pouco enfraquecido no final de 2019.  
31 Informa que o conselho é importante para o PD e este será ouvido. Informa ainda que estamos  
32 avançando com o IBAM no máximo que puder através de procedimentos disponíveis dentro do  
33 cenário da pandemia. Diz ainda que todos serão ouvidos e esse primeiro contato é para saber  
34 como todos vêem o PD, como gostariam que fosse conduzido, com suas ideias e propostas.  
35 Comenta que a forma de trabalho por videoconferência é novidade para todos, que gostaríamos  
36 de estar de forma presencial e talvez teríamos mais clareza e dados, porém não é possível no  
37 momento. Informa que este momento é o de se engajar no processo. O conselheiro Bruno diz que



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ  
CONCIDADE - MARICÁ

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 14 de julho de 2020**

38 em 2019 o Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM pediu para Regina da UFF que é  
39 coordenadora do núcleo de estudos, vir a Maricá para fazer palestras sobre a questão do PD para  
40 o coletivo do movimento, já estávamos nos preparando para esta construção, para dar as melhores  
41 ideias, mas não foi possível desta forma. Pede ajuda de idéias e saber o que já foi construído no  
42 PD para fazer uma discussão mais plural possível aqui em Maricá, precisa do apoio da secretaria  
43 neste sentido e verá se a Regina poderá dar um apoio. O presidente Celso solicita ao convidado  
44 Henrique do IBAM, que fale em que se baseia o PD e a forma que irá conduzir, pois se preocupa  
45 por serem muitas entidades, secretarias e pessoas envolvidas e todos têm um ideal. Solicita  
46 também que comente sobre o que é o PD e o que ele traria para a cidade. O convidado Henrique  
47 dá bom dia a todos os presentes e começa falando sobre o IBAM que é uma organização da  
48 sociedade civil sem fins lucrativos que trabalha em prol do desenvolvimento local e  
49 fortalecimento das administrações municipais e que a instituição tem mais de sessenta anos,  
50 tendo trabalhado nos vários campos da administração pública. O IBAM tem o pressuposto de  
51 trabalhar fazendo junto com a prefeitura, com a estrutura administração da prefeitura e também  
52 com os segmentos sociais que atuam na cidade. Comenta que o momento atual tem novos  
53 desafios e questões que não são fáceis, mas dentro deste contexto vamos buscar honrar o nosso  
54 compromisso. Na nossa expectativa nós teríamos vários encontros, reuniões, atividades e  
55 momentos de troca para que o trabalho técnico possa ser qualificado, pois temos a clareza que o  
56 trabalho não se sustenta se não tiver uma legitimidade social e as forças que compõem a  
57 sociedade de cada município que muitas vezes tem visões distintas e temos que discutir a cidade  
58 que queremos e como fazer para ter esta cidade. O PD de acordo com a Constituição Federal é  
59 um instrumento básico da política urbana, ou seja, é a principal ferramenta de planejamento que o  
60 município dispõe para planejar o desenvolvimento da cidade e do território. O município, por  
61 definição da constituição, é a esfera federativa que tem a competência de planejar e ordenar o  
62 desenvolvimento da cidade. Outro aspecto que é fundamental é que nós vamos desenvolver o PD  
63 dentro de um marco legal, sendo os principais marcos legais os seguintes: a própria Constituição  
64 Federal de 88 no seu capítulo da política urbana, os artigos 182 e 183 que trouxeram o princípio  
65 da função social da propriedade urbana da cidade e o Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257 de  
66 2001, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana. O PD é um instrumento para uma  
67 realidade específica, portanto, não temos como saber previamente o que o PD que será  
68 desenvolvido para Maricá será, ele será o que o processo dele determinar, neste sentido é uma  
69 construção aberta. O trabalho irá gerar um projeto de lei e a Câmara votará a lei. O convidado  
70 Henrique diz ainda que iniciará a apresentação do plano de trabalho para todos terem uma visão  
71 do conjunto que está sendo pensado e depois abriremos espaço para uma rodada de conversa. O  
72 conselheiro João Carlos de Lima (Birigu) pede a palavra, pois terá que ir para uma reunião com o  
73 Prefeito Fabiano Horta e que ele conversou com o Secretário de Comunicação Social Olavo, em  
74 função da nossa avaliação que a comunicação é imprescindível estar junto de nós e a servidora



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ  
CONCIDADE - MARICÁ

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 14 de julho de 2020**

75 Kelly Rodrigues foi determinada a estar acompanhando e estreitar o mais rápido possível e nos  
76 orientar como fazer essa comunicação para mais perto da população. Ele observa que durante o  
77 processo das reuniões do conselho no ano de 2019, ele discutiu com Marcelo da Secretaria de  
78 Administração e foi muito questionado da forma como o executivo encaminha as coisas,  
79 inclusive a questão do PD. Diz que é importante fortalecer os conselhos, quem é do conselho e o  
80 conhece dentro dos conselhos sabe que não adianta só legalizarmos as ações, nós temos que  
81 legitimá-las e só conseguiremos se tivermos um conselho onde a população esteja dentro,  
82 participativa e ativa. Comenta que foi inaugurada a Casa dos Conselhos, mas atualmente a  
83 pandemia nos restringiu sobre a questão da tecnologia, mas assim que estiver pronto, que a gente  
84 estimule a participação da população junto aos conselhos para que tenhamos democracia, é  
85 importante dialogar com a população. O presidente Celso diz que uma das lutas no início do PD  
86 era provocar o executivo para participar efetivamente, pois não adianta os seguimentos da  
87 sociedade participarem do conselho e fornecerem ideias e não ter o executivo para passar para o  
88 poder Central e transformar em ação, e os seguimentos da sociedade serem os porta vozes das  
89 nossas ações, acho que está faltando colocar o nosso executivo mais forte não só no ConCidade  
90 como em todos os conselhos, e fortalecer a Casa dos Conselhos. O convidado Henrique aproveita  
91 a fala do Birigu para comentar que embora considere o PD um instrumento importante, essencial,  
92 para fazer a boa gestão urbana, ele sozinho não resolve, pois ele organiza diretrizes, aponta  
93 prioridades, caminhos e propostas e regulamenta instrumentos, mas o que fundamentalmente  
94 impulsiona determinados movimentos da cidade é a gestão. O PD é um instrumento de um  
95 processo contínuo de planejamento democrático e participativo, lidando com os diferentes  
96 segmentos sociais, e acreditamos que é uma oportunidade para fazermos essa mobilização e  
97 aquecer os debates sobre a cidade. O convidado Henrique inicia os slides para apresentar o Plano  
98 de Trabalho. Começa informando a contextualização onde a licitação do PD ocorreu em 2019 e o  
99 IBAM foi o vencedor do certame e que a partir deste momento ocorreram os tramites  
100 administrativos e o início dos trabalhos se deu na primeira semana de abril de 2020; que pegou  
101 exatamente o início da pandemia e foi preciso tentar entender como nos organizaríamos neste  
102 contexto. Iniciou-se um trabalho entre a equipe de coordenação da PMM, liderada pela Secretaria  
103 de Urbanismo, e o IBAM, pensando em como construir um processo de trabalho que tem como  
104 pressuposto a participação social. Foi criado um grupo intersetorial que envolvem diversas  
105 secretarias, pois o PD é um instrumento legal que impacta na ação de quase todas as secretarias e  
106 elas são fontes de informações importantes e já tivemos reuniões com elas, desenvolvemos  
107 atividades e montamos ambiente virtual de interação. O processo de construção do PD é coletivo,  
108 de interação com a sociedade, mas precisa de um executivo comprometido para coordenar o  
109 trabalho e setores da prefeitura, todos engajados. Foi confeccionada Nota Técnica e Jurídica  
110 sobre o processo de revisão do PD em meio à pandemia, para que o processo de revisão do PD  
111 tenha legitimidade social e jurídica, e estes documentos estão consolidados e entregues, e



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ  
CONCIDADE - MARICÁ

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 14 de julho de 2020**

112 abordam os vários aspectos que temos que levar em conta no contexto da pandemia, as  
113 possibilidades e restrições que temos que levar em consideração. Entregamos o Plano de trabalho  
114 que organiza as ações e atividades previstas e estabelece um cronograma de trabalho, que tem a  
115 perspectiva de ser desenvolvido ao longo de um ano, terminando em março de 2021,  
116 eventualmente com ajustes se for necessário. Entregamos também o Plano de comunicação com  
117 orientações de como organizar a comunicação para a sociedade, entendendo que a comunicação é  
118 essencial para a mobilização da sociedade. Informa que algumas ações estão sendo feitas e no dia  
119 13 de julho de 2020 entrou no site da PMM a área do PD, sendo o primeiro ambiente aberto à  
120 consulta geral do PD; sabemos que é um espaço restrito de comunicação, embora seja aberto, mas  
121 não é suficiente como recurso de comunicação e mobilização. Com isso estamos desenvolvendo  
122 diversos outros. A mobilização social a nosso ver passa fortemente pela rede de atores sociais já  
123 engajados, por isso a reunião de hoje é importante, pois é a primeira reunião para conversar do  
124 PD com os seguimentos da sociedade. São fundamentais as discussões próprias dentro dos  
125 movimentos e seguimentos para poder qualificar o debate do PD, que poderá contar com  
126 participação eventual da PMM e do IBAM. Agora estamos num momento de elaboração do  
127 diagnóstico, a equipe técnica do IBAM envolve profissionais de diversas áreas e é verdade que as  
128 questões relacionadas ao PD envolvem temas de alta complexidade técnica e que exigem  
129 profissionais especialistas em determinados temas para poder entender as questões, até para poder  
130 traduzir e fomentar o debate público. O convidado Henrique continua a apresentação e mostra o  
131 organograma com a organização da equipe sendo o IBAM, Grupo executivo, Grupo intersectorial,  
132 Gestores municipais, Câmara de Vereadores, ConCidade, atores sociais e outros a eles  
133 interligados. O IBAM tem uma escola que muitas vezes é acionada para realizar atividades de  
134 capacitação ao longo do processo, pois muitas vezes precisamos, por exemplo, que os segmentos  
135 da cidade ou determinados grupos passem por um processo de capacitação para poder intervir de  
136 modo com maior incidência no processo, pois no processo de PD existe uma assimetria de  
137 informação entre os diferentes atores e essa assimetria não pode ser utilizada para fazer  
138 prevalecer determinadas visões. Deve-se reduzir a assimetria para que cada grupo social possa  
139 intervir em pé de igualdade. A participação social não se esgota no ConCidade, o conselho reuni  
140 um grupo de pessoas e instituições que tem um papel articulador fundamental, mas a participação  
141 social engloba um conjunto de atores sociais. Estamos trabalhando no mapeamento dos atores  
142 sociais e vamos buscar formas de estar aberto a todas as contribuições. Passa a mostrar o  
143 Cronograma geral do trabalho com as cinco etapas (organização dos trabalhos, diagnóstico  
144 técnico, cenários de desenvolvimento, estratégias e elaboração do anteprojeto de lei), entrega de  
145 produtos e audiências públicas, no prazo previsto até março de 2021; cita que o cronograma é  
146 ajustável conforme o avanço do processo. Passa para o quadro com as atividades planejadas, diz  
147 que em vermelho é o que já teve ajuste no cronograma e explica que foram necessários, pois  
148 estamos privilegiando um processo de qualidade e organizado do que simplesmente cumprir



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ  
CONCIDADE - MARICÁ

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 14 de julho de 2020**

149 etapa e entregar produtos, e cita algumas atividades descritas como exemplo: evento de  
150 lançamento do PD; lançamento do site do PD, que já entrou no ar; diz ter avançado bastante no  
151 trabalho técnico, na coleta de dados e informações sobre o município; na consolidação de uma  
152 base cartográfica e trabalho de avaliação do PD de 2006, que foi feito com o grupo intersetorial e  
153 com a Secretaria de Urbanismo. Passa a falar sobre os desafios que este processo do PD impõe,  
154 sendo eles: garantir o processo participativo de qualidade e o levantamento de campo. O segundo  
155 é o mais complexo, pois a equipe técnica do IBAM tem que ir a campo e não foram ainda por  
156 conta da pandemia, mas iremos em algum momento, por conta desta impossibilidade a conversa  
157 com os moradores e profissionais de Maricá se torna ainda mais importante para calibrar as  
158 nossas percepções do município. O processo participativo é um desafio que no primeiro momento  
159 tem que ser totalmente on-line, queremos colocar que no momento está fora de questão fazer  
160 reuniões com grandes aglomerações, então temos que caminhar para alternativas e ao explorar as  
161 ferramentas o que temos visto por outro lado é que elas abrem muitas possibilidades que até hoje  
162 não tínhamos explorado, por exemplo a de fazer grandes atividades com muita gente, com gente  
163 que muitas vezes não podiam participar dos eventos presenciais, pois se pensar bem os eventos  
164 presenciais também impõem uma série de limitações a participação. Fala que Maricá tem linhas  
165 de ônibus gratuito, embora não cubra o município inteiro, mas em outros locais ir a evento é uma  
166 dificuldade porque tem custo, já com relação à internet tem a desigualdade de nem todos terem  
167 acesso à internet; isso são dilemas com os quais estamos lidando. Diz que acredita que quando  
168 passar a pandemia os recursos na internet continuaram a ser utilizados e combinados com os  
169 presenciais. Segue para outro slide mostrando a área no site da PMM e pede para fazerem uma  
170 análise crítica do site e dar um feedback. Fala sobre os próximos passos, sendo: evento de  
171 lançamento do PD; campanha de divulgação/mobilização para o PD; realização de reuniões  
172 comunitárias, virtuais e por Distrito, onde pensamos em colocar numa sala de reunião as  
173 lideranças, representações sociais e de grupos de organizações atuantes em Maricá de cada  
174 Distrito para discutir o PD da perspectiva daquela área e poderia ser disponibilizado no youtube e  
175 ficar disponível para quem quiser consultar e interagir; realização de reuniões com segmentos  
176 sociais, como os segmentos dos movimentos sociais de moradia, das organizações ambientais,  
177 mercado imobiliário, empresariado local, entre outros; e consolidação do diagnóstico preliminar.  
178 Informa que estamos num ponto de estruturação do trabalho e de colocar o trabalho na rua e abre  
179 a rodada de perguntas. O conselheiro Ayrton informa ser representante do Conselho Municipal da  
180 Pessoa com Deficiência - COMDEF e ser representante da sociedade civil, sendo uma pessoa  
181 com deficiência, pai de uma pessoa com deficiência e um militante antigo nesta causa. Tem a  
182 preocupação com o PD com relação à Lei 13.146 de 2015 que entrou em vigor em janeiro de  
183 2016 e os municípios tiveram seis meses para adequar suas legislações as mudanças promovidas  
184 pela lei, e por incrível que pareça os que parecem mais difíceis de mudar como o código penal e o  
185 código civil foram mudados e os municípios não adequaram a sua legislação. Nessa Lei no que



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ  
CONCIDADE - MARICÁ

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 14 de julho de 2020**

186 diz a mobilidade urbana e a acessibilidade da pessoa com deficiência, embora controverso, pois  
187 ela não atribui as adaptações necessárias das vias públicas explicitamente aos municípios, ela  
188 implicitamente atribui quando ela diz que vai ter que está previsto no PD as intervenções que os  
189 municípios irão fazer, quais vias sofrerão intervenções e coisas do tipo, no outro lado da moeda,  
190 Maricá tem investido muito em seu planejamento urbano, tem feito reformas urbanas relevantes,  
191 mas acessibilidade não é rampa, quando se fala em tornar uma via acessível se fala em sinais de  
192 trânsito sonoros, placas indicativas em braile, em piso tátil dentro do padrão da NBR específica, e  
193 estes pisos táteis estão sendo colocados em cima de calçadas que são pedras assentadas em areia  
194 e sabemos que não deveria ser, pois as pessoas colocam coisas pesadas na calçada e essas pedras  
195 sobre areia se tornam irregulares e isto não é uma calçada acessível. Tenho muita preocupação  
196 com o PD no foco dentro da mobilidade urbana para a acessibilidade universal, que está prevista  
197 em lei e está em vigor, é uma lei federal e de âmbito nacional e que está recebendo uma grande  
198 resistência para ser implantada nos municípios. Nós temos estatísticas no CREA CONFEA,  
199 inclusive há inúmeras resoluções em relação a isso, que promover acessibilidade em qualquer  
200 obra não aumenta 3% do custo, mas promove uma integração social de 27,5% de uma população  
201 excluída. O presidente Celso diz ser uma pena não termos nossa sequência das reuniões do  
202 conselho e informa que foi feito um manual de calçadas acessíveis, em associação com a FIRJAN  
203 e outro órgão e que falou com o Prefeito, o qual irá fazer um decreto. Estamos elaborando para  
204 que o manual faça parte do código de obras e todas as construções em Maricá que forem feitas  
205 receberão o manual dentro do alvará. Informa ainda que estamos tentando normatizar a compra e  
206 onde pode encontrar os produtos, marcas, entre outros, para que isso seja também incluído no  
207 Alvará de Obras, quando a pessoa viesse solicitar o Habite-se a calçada acessível seria um item  
208 para poder fazer a liberação do imóvel. O conselheiro Ayrton comenta que o decreto é inócuo,  
209 pois a própria lei brasileira de inclusão diz que desde janeiro de 2016 nenhuma obra nova poderia  
210 ter alvará se não tivesse prevista a acessibilidade, nenhuma obra poderia ter alvará para reforma  
211 que não tivesse prevista a acessibilidade, fosse em via pública ou privada de uso coletivo, como  
212 também está previsto lá que desde 2016 nenhuma intervenção pública pode ser feita sem estar  
213 prevista a acessibilidade, usa como exemplo piso tátil e brinquedos acessíveis em praças. O  
214 conselheiro Ayrton diz que se pressupõe que para você conseguir o alvará, você tem que ter uma  
215 planta feita por um arquiteto, e existe uma lei, uma NBR resoluções CREA CONFEA, então por  
216 exemplo prefeitura do Rio de Janeiro tem um arquiteto responsável por olhar a planta antes de  
217 sua aprovação e ver se o arquiteto que fez a planta está dentro do padrão, são coisas que acho  
218 desnecessária, pois já tem uma lei regulamentando, já tem uma norma regulamentadora, ou  
219 Maricá está dando alvará para obra, para construção, sem está assinado por um arquiteto, pois o  
220 arquiteto é responsável, o que basta é a prefeitura ter alguém analisando, como por exemplo não  
221 poderia ser dado novo alvará de funcionamento ou renovação para nenhum tipo de  
222 estabelecimento comercial sem ter acessibilidade e continuam dando. O presidente Celso diz que



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ  
CONCIDADE - MARICÁ

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 14 de julho de 2020**

223 todo sistema só é bom se ele tiver um controle, na teoria tudo funciona, as pessoas informam que  
224 vão construir uma e fazem outra, o problema é que nós não temos condições de fiscalizar com  
225 essa demanda que tem em Maricá, se fossemos negar toda a acessibilidade a renovação de alvará,  
226 não existia uma construção em Maricá. Ressalta que embora seja uma lei regulamentada é um  
227 fato muito novo no mercado e as pessoas não sabem onde comprar, como faz para colocar e  
228 temos que ir se adaptando, por isso o manual foi feito, está sendo impresso para fazer uma  
229 distribuição e estamos vendo os fornecedores em Maricá, e vamos tentar de alguma forma incluir  
230 no código de obras, mas não vamos conseguir isso da noite para o dia. Temos o relato de uma  
231 pessoa que mesmo com essa deficiência toda nas calçadas, a vimos na frente da prefeitura se  
232 guiando pelo piso tátil e ela falou que era a primeira vez que ela conseguia ir visitar o marido na  
233 loja dele, não estou discutindo se a calçada estava torta ou não, não digo que estão dentro das  
234 regras milimetricamente, mas estamos com esta preocupação. O conselheiro Ayrton diz que a lei  
235 federal está em vigor há cinco anos e tem que cobrar, inclusive a lei prevê a omissão do poder  
236 público como crime, Maricá se omite há cinco anos, o argumento do presidente Celso explica,  
237 mas não justifica. Diz que os municípios tinham seis meses para fazer o que estão fazendo agora,  
238 não tiro o louvor do trabalho que está sendo feito nas calçadas, mas elas estão sendo feitas de  
239 forma inadequada e terão que ser refeitas, agora vamos ter que esperar até quando? até o  
240 comércio local achar que tem uma demanda? até alguém entrar no Ministério Público – MP? O  
241 presidente Celso fala que temos um grande avanço no sentido de fazer o manual e tentar  
242 implantar, pode ser de uma forma equivocada, mas estamos tentando fazer. O convidado  
243 Henrique diz que os espaços no PD são espaços privilegiados para posicionamentos firmes como  
244 esse que Ayrton fez e estão respaldados numa demanda justa em si e, além disso, respaldada em  
245 dispositivos legais, em relação ao PD e é claro que este tema será tratado e acredito de forma  
246 mais consistente do que no PD de 2006; o PD é uma legislação de caráter geral e podemos  
247 enfatizar este tema nas diretrizes. Nosso trabalho neste momento é o PD, mas, junto a ele, a PMM  
248 terá que fazer a adaptação da legislação urbanística complementar, basicamente a lei de  
249 parcelamento do solo, lei do uso e ocupação do solo e o código de obras. O conselheiro Ayrton  
250 reforça que a lei faz previsão expressa ao PD com relação à promoção da acessibilidade nas vias  
251 públicas e nos prédios públicos, a preocupação é que realmente esteja isso lá e a outra  
252 preocupação é que, promover acessibilidade não é fazer rampa, estou com Celso na necessidade  
253 de regulamentar o decreto, mas eu vejo necessidade do PD ser mais claro e específico com  
254 relação à acessibilidade universal, fazendo referência às NBRs regulamentadoras, às decisões e às  
255 regulamentações de CREA CONFEA. O presidente Celso concordou com Ayrton, pois não  
256 adianta dar acesso a minha secretaria, eu fazer a rampa para você ter acesso e deixar você  
257 confinado numa sala que se você quiser ir ao banheiro você não consegue entrar, pois a porta não  
258 te permite. Comenta ainda que acha difícil esperar consciência de profissional para este lado e  
259 que o profissional só dará importância se for obrigação e é por isso que será obrigação para



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ  
CONCIDADE - MARICÁ

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 14 de julho de 2020**

260 conseguir o Habite-se. O conselheiro Itamar, representando os profissionais liberais, mencionou  
261 ser advogado e disse que algumas das telas apresentadas pelo Henrique não constam no  
262 documento enviado por e-mail para ver com quem enviou o que ficou faltando, aproveita a  
263 oportunidade para destacar a importância do PD em evitar moradias desordenadas, que aumentam  
264 a violência e crescimentos desordenados e ilegais, exemplificando que isso aconteceu no Rio,  
265 para que isso não aconteça em Maricá. Complementa dizendo que a importância maior é que seja  
266 implementado tudo aquilo que for colocado no papel. Em relação à fala de Ayrton em respeito à  
267 acessibilidade, diz que na casa dos conselhos a largura da porta do banheiro não comporta a  
268 acessibilidade de uma cadeira de rodas, e diz achar importante isso ser visto até nas construções  
269 das casas. O conselheiro Jorge Rodrigues fala que é representante dos profissionais liberais e  
270 entidades de ensino e pede para corrigir a fala do Ayrton onde diz profissionais arquitetos e ser  
271 arquitetos e engenheiros, pois não são só os arquitetos que projetam. Diz que o manual de  
272 calçadas é muito mais amplo do que rampa, se refere, por exemplo, às calçadas que no manual  
273 não é mais permitida a de areia e pedra e inclusive fala da resistência do concreto a esse nível  
274 para garantir que quando alguém pare um carro em cima, não crie buracos; então o manual é  
275 muito mais amplo, inclusive com a questão da continuidade das calçadas em si. Em relação ao  
276 PD diz que se preocupa e se interessa na questão de como ajudar na divulgação, por exemplo, um  
277 papel timbrado em nome do conselho que a gente possa utilizar para mandar para outras  
278 entidades e órgãos, ou o conselho em nome do Celso como presidente disponibilizará algo para  
279 podermos fazer esta divulgação; é importante em relação ao público na discussão do PD, a  
280 disseminação das formas de acesso e contato para que todos possam ir lá no site da prefeitura ou  
281 procurar ou IBAM, ou o conselho, ou o Urbanismo, os caminhos que a comunidade pode ter para  
282 podermos divulgar. O convidado Henrique fala para Itamar que vai disponibilizar a apresentação  
283 para envio aos conselheiros e informa que o plano de trabalho que foi enviado por e-mail, que é o  
284 documento que descreve como o trabalho será realizado. O servidor da Secretaria de Urbanismo  
285 Will comenta que o que foi enviado por e-mail foi o Produto 1 - Plano de Trabalho, e que a  
286 apresentação do Henrique é toda baseada neste documento, o que não foi enviado, mas está no  
287 site, é o Produto 2 - Plano de Comunicação, mas podemos enviar por e-mail também. O  
288 convidado Henrique informa que todos os produtos entregues estarão no site. Em relação à fala  
289 do Jorge Rodrigues sobre a mobilização da população por parte do conselho, acha fundamental e  
290 que o conselho tem vários papéis sendo: acompanhar se o que está sendo feito está sendo feito  
291 direito; contribuir para o aperfeiçoamento do processo; contribuir com discussões de conteúdo; e  
292 os conselheiros são agentes mobilizadores para a discussão do PD, e que deve sim o conselho  
293 pensar junto à Secretaria de Urbanismo que mecanismos podem ser feitos para este apoio. Fala  
294 ainda que prepararemos materiais de comunicação ao longo do processo e estão preparando para  
295 enviar campanha informativa sobre o PD para circular por whatsapp. O conselheiro Jorge  
296 Rodrigues pergunta se tem previsão de entrega deste material. O convidado Henrique fala que





CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ  
CONCIDADE - MARICÁ

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 14 de julho de 2020**

297 ainda não, que estamos trabalhando e vai passar por ajustes ainda com o IBAM, Secretaria de  
298 Urbanismo e depois com a Secretaria de Comunicação, pois a estratégia de comunicação da  
299 PMM é que todas as informações oficiais devem passar pela comunicação. Fala que já há no site  
300 documentos disponíveis e são elementos que permitem cada organização e segmento social  
301 começar a se organizar para pautar o debate. O conselheiro Washington comenta sobre a fala do  
302 Henrique sobre calibrar percepções, mas temos que calibrar a percepção da população, ela tem  
303 que nos transmitir a percepção de onde ela vive. Diz ter trabalhado com outros PDs, onde via-se  
304 especificamente a regulamentação urbanística e o PD é mais abrangente que isso. A Lei 463 de  
305 84 do PD instituiu o conselho urbanístico que era um órgão de orientação e aplicação do PD,  
306 então todo projeto era analisado pelo conselho urbanístico nessa época. Comenta também que no  
307 plano de comunicação citado deveria abrir um canal de comunicação direta com a população e ir  
308 filtrando as informações. Comenta que o presidente falou que se não cobrar ninguém leva a sério  
309 e está certo, tem que criar mecanismos de cobrança do profissional. Comenta ainda que tudo tem  
310 que partir do urbanismo, é quem projeta e pensa na cidade, nós não temos uma padronização de  
311 nenhuma obra pública e até mais tarde com os recurso que Maricá tem a própria SOMAR pode  
312 industrializar um método construtivo, pré-moldado de alguma forma, para dar mais rapidez às  
313 obras. O conselheiro Bruno comenta sobre a fala do Henrique sobre a cidade para quem? e isso  
314 foi uma contribuição dentre outras que o MNLM, quando da construção de todos esses conselhos  
315 que discutem moradia de forma nacional, foi discutir isso cidade para quem? e vejo também a  
316 necessidade de nós enquanto movimento estar cumprindo nosso papel além de colocarmos nossa  
317 proposta; então vou tentar chamar outros movimentos para que apresentem propostas e façam  
318 parte da discussão e aí cita para Bernardo que a construção de um espaço para esses coletivos  
319 seria importante; isso é uma proposta que faço ao conselho. Além disso, peço o envio do PD e as  
320 atualizações que já foram feitas, do que está sendo construído. O servidor da Secretaria de  
321 Urbanismo Will informa que o plano diretor de 2006, assim como os produtos, estão disponíveis  
322 no site da PMM, mas vamos enviar por e-mail. O convidado Henrique comenta em relação à fala  
323 de Washington na menção em calibrar a percepção, diz ter falado relativo à equipe técnica que  
324 não mora no município, que chega faz uma leitura que geralmente tem uma série de elementos  
325 importantes, e que às vezes quem mora nem percebe, mas que tem que ser calibrada pela  
326 percepção da população, dos problemas, demandas e desejos da população de Maricá, tem que  
327 me mostrar com eu devo entender Maricá. Entrando na questão mencionada do plano de  
328 comunicação e canais de comunicação, a preocupação que temos discutido e que temos receio é  
329 de criar canais de comunicação que estimulem uma participação de reivindicação individual que  
330 atinja aquela pessoa naquele momento e que deseja uma resposta urgente, exemplo cano  
331 estourado; o canal do PD não pode ser isso, vamos receber reivindicações pontuais que não  
332 teremos como responder, o canal direto vai existir, mas vai ter que ser moldado para que a  
333 participação direta seja na revisão do PD, por isso a mediação da sociedade civil é importante



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ  
CONCIDADE - MARICÁ

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 14 de julho de 2020**

334 para uma participação qualificada das pessoas, que elas entendam o que está sendo discutido. No  
335 site do PD tem envio de sugestão, concordo que é limitado, provavelmente pouca coisa vai vir  
336 por este canal, mas estamos estudando outros canais que possam ter esse contato direto. O  
337 conselheiro Washington comenta que o canal de reivindicações pontuais citado existe e se chama  
338 ouvidoria, o que tinha sugerido é que a pessoa poderia colocar uma sugestão e não teria retorno,  
339 seria feito um filtro da relevância de cada sugestão. Ele fala sobre a questão das reuniões  
340 presenciais estarem restritas e a própria audiência pública, ela vai ser prejudicada com isso tudo.  
341 O convidado Henrique diz que tem dúvida de que as audiências públicas serão prejudicadas, que  
342 acha sobre certo aspecto, que elas vão ser muito mais amplas, temos a possibilidade de reunir  
343 muito mais gente ao mesmo tempo do que qualquer auditório, porque o que é importante é que a  
344 informação esteja compartilhada, porque o que desqualifica um processo de participação da  
345 sociedade não é a forma da reunião em si, ao meu ver, o que desqualifica e em vários municípios  
346 os processos de PD foram anulados judicialmente, não foi a forma da reunião e sim porque as  
347 informações produzidas no processo de trabalho não foram disponibilizadas, porque não foram  
348 bem convocadas as pessoas, porque os setores não foram ouvidos, porque foi feito de forma  
349 atropelada, sendo isso que deslegitima o processo; então faremos um processo com tranquilidade,  
350 fazendo as reuniões com os seguimentos e as comunidades, disponibilizando as informações e  
351 pautando antes, e se o conselho achar que não está bem garantido deve sinalizar. Em relação à  
352 fala do Bruno sobre a cidade para quem? essa é a questão que atravessa todo o processo de  
353 revisão do PD, que a partir daí entra nas questões da desigualdade no acesso à cidade, condições  
354 de moradia, transporte, saneamento, entre outros. Sobre a discussão coletiva, o IBAM está aberto  
355 e na expectativa de poder fazer isso e acho que a Secretaria de Urbanismo e o grupo da prefeitura  
356 também, em podermos organizar a partir de agora e construir as agendas para fazer reuniões para  
357 os segmentos e grupos de entidades e coletivos questões que são afeitas a estes grupos e querem  
358 ver tratados no PD embora, reforço a necessidade da realização de discussões interna para entrar  
359 nas agendas oficiais de forma organizada. O conselheiro Jorge Júnior comenta a fala do Birigu da  
360 participação popular na elaboração do PD e o questionamento do Bruno da cidade para quem?  
361 dizendo que essa questão tem que ecoar o tempo todo. Maricá hoje possui em torno de 156 mil  
362 habitantes e a população não está em um único núcleo, a cidade é geograficamente grande, tem  
363 uma estrada RJ que corta a cidade inteira, e se visualiza uma cidade dividida. Cita exemplo do  
364 Bairro de Itaipuaçu onde os residentes não falam que vão ao centro da cidade e sim que vão a  
365 Maricá, e o PD tem essa missão de unir a população, de se pensar em uma Maricá só. Em relação  
366 à acessibilidade da informação, cita o Programa de Amparo ao Trabalhador - PAT no qual ele  
367 trabalhou e foi totalmente online, e pensa que o PD poderia contemplar estes espaços roteados  
368 também para a população. Diz que tem parte da cidade que nem ao centro dela vai e a cidade é  
369 para quem circula nela de ônibus, a pé, de bicicleta, isso é importante. Acha que as associações  
370 de bairros devem estar presentes o tempo todo, sendo a ponte com os moradores. Comenta da



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ  
CONCIDADE - MARICÁ

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 14 de julho de 2020**

371 questão histórica, e que as fachadas da cidade deveriam ter uma padronização e as belezas  
372 também deveriam fazer parte. A respeito de ter pessoas que possam vir até nós é importante, e o  
373 site é o maior meio de comunicação da cidade de Maricá, mas sugere a criação de uma página no  
374 facebook, onde as pessoas podem dar opinião, pois talvez fosse uma forma mais fácil de integrar  
375 a população e fazer entender de fato o que é o PD da cidade. Comenta que o bairro Condado foi  
376 recentemente asfaltado e foram feitas as calçadas, e que se as pessoas tivessem consciência um  
377 pouco do que é um PD não deixariam fazer o que fizeram, entra também à questão da  
378 acessibilidade, pois nem os bípedes conseguem andar direito nessas calçadas. Ressalta, além de  
379 catalisar a população, as esferas do governo deve estar presentes também. O convidado Henrique  
380 comenta sobre a questão da Maricá dividida, que deve ser entendida como uma só e ao mesmo  
381 tempo, entendida suas diversidades. Comenta que relendo anotações o primeiro levantamento dos  
382 novos empreendimentos que promove as glebas em terrenos menores, todos desde 2006, quase  
383 que seguramente, em Maricá foram feitos na forma de condomínio fechado ou loteamento  
384 fechado e teremos que enfrentar uma cidade construída por meio de loteamentos que é uma  
385 cidade que está se fechando para o espaço público. Reconhece-se que Maricá tem um patrimônio  
386 e a construção dessa visão sobre o local do patrimônio é também uma discussão que pode  
387 contribuir para o debate sobre essa cidade única, com a qual todos se identificam, passando pela  
388 discussão de patrimônio que tem o lado do patrimônio natural a ser preservado e conciliado como  
389 as estratégias de desenvolvimento da cidade, mas passa também por esse reconhecimento do  
390 patrimônio construído. Maricá é o município metropolitano com a maior taxa de crescimento  
391 populacional, o que nos permite supor que tem gente que está vindo para Maricá e a discussão da  
392 identidade se coloca com a visão também de pessoas que estão chegando na cidade. Diz ser  
393 importante conversar com pessoas que estudam sobre a cidade de Maricá ou os temas do PD.  
394 Informa que estão planejando lives da revisão do PD que possam periodicamente trabalhar temas  
395 específicos; podemos pensar uma atividade dessa por exemplo com o pessoal da UFF, da Regina,  
396 e outros grupos. A conselheira Cristiane fala dos loteamentos fechados e diz que em Cordeirinho  
397 não tem e é bem aberto e amplo, e cita a construção das calçadas que, de cada lado fizeram de  
398 uma forma e tiveram que quebrar as calçadas todas novamente, pois estão construindo um estádio  
399 e acha que terão que fazer as vagas. Ela gostaria de saber se no Grupo intersetorial existe algum  
400 representante da CEDAE e ENEL, pois tem visto obras que vão muito bem, vem o asfalto e ficam  
401 os postes no caminho, pois não é da gestão municipal, é estadual e o caminhar destes órgãos às  
402 vezes é diferente, e se não tiver estes representantes, seria interessante ter. Pede para o presidente  
403 Celso disponibilizar seu contato para passar um projeto da comunidade e pede a confecção de um  
404 grupo no whatsapp. O conselheiro Bruno fala que a internet falhou e não escutou a resposta sobre  
405 a questão dos movimentos populares. O convidado Henrique informa que o IBAM está aberto  
406 para programar reuniões com os segmentos sociais; comenta que pode iniciar a reunião com os  
407 segmentos com informativo ou o segmento já trás pauta; adiciona que prefere iniciar já



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ  
CONCIDADE - MARICÁ

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 14 de julho de 2020**

408 discutindo propostas. O conselheiro Bruno pergunta a quem entrar em contato para poder  
409 programar a reunião. O servidor da Secretaria de Urbanismo Will informa para procurar o  
410 presidente do ConCidade Celso ou a secretária executiva Martha, que o repassará as demandas. O  
411 presidente Celso comenta que para ele parece que existem duas Maricás, a primeira antes de 2009  
412 e essa que estamos discutindo agora a partir de 2010. Ele agradece a fala das pessoas e suas ideias  
413 nesta reunião. Comenta que a Secretaria de Urbanismo nunca foi vista e também não tinha a  
414 necessidade de ser vista como uma Secretaria para planejar o futuro e Maricá era cidade de  
415 interior, cidade dormitório, cidade barata de se viver e as pessoas trabalhavam no Rio ou Niterói.  
416 Nós temos o privilégio de estar discutindo isso tudo num momento muito legal e tenho certeza  
417 que este PD será um sucesso independente da pandemia, pois as pessoas estão tendo voz. Em  
418 relação à fala da cidade é para quem? é claro que é para pessoas e pessoas com necessidade mais  
419 diversas possíveis. Temos que pensar na cidade como nós estamos pensando nas pessoas. Já na  
420 questão dos loteamentos, como pode uma cidade aprovar 14 loteamentos em 28/12/2009? e eu  
421 não consigo entender como se aprova 14 loteamentos no mesmo dia e com a chancela do prefeito,  
422 não era nem assinatura, era um carimbo. Quando assumimos em 2010, eu fui atrás destes 14  
423 loteamentos e eles não tinham nada feito, não tinham compromisso, venderam meia dúzia de  
424 lotes, foram embora da cidade, empresas faliram, sumiram e aí deixaram para a Prefeitura 30 ou  
425 40 lotes consignados para venda e terminar de fazer a infraestrutura; como pode dar esta  
426 incumbência a cidade? Que responsabilidade um loteador tinha? por isso que houve por vontade  
427 nossa de proibir os loteamentos na cidade, tinha que fazer loteamento fechado que aí a  
428 responsabilidade era única, então tem algumas histórias que ao longo desse desenvolvimento do  
429 PD nós vamos comentando. O que fico mais satisfeito é de poder dar voz às pessoas a quem  
430 jamais poderia estar falando na cidade, todas as reclamações são válidas, mas olha para Maricá  
431 nestes 10 anos e verão que muita coisa foi feita em Maricá mesmo que de maneira equivocada,  
432 mas foi a vontade de fazer. Comenta ainda, que Washington fala que Celso como Secretário de  
433 Urbanismo tem que ser o propulsor da cidade, e eu sei disso, mas a Secretaria de Urbanismo  
434 tendo só o papel de aprovar e dizer o que pode e o que não pode, tinha que ter outros órgãos que  
435 executassem coisas para a gente ter o que tem hoje, se dependesse do planejamento para a gente  
436 fazer nós não teríamos problema, teríamos muito problema de executar as coisas. Eu fico muito  
437 satisfeito com essa reunião e nosso conselho tem que ser ativo, e talvez nós estejamos tendo mais  
438 sucesso, estamos formatando uma situação para um trabalho de desenvolvimento do PD muito  
439 melhor do que se nós estivéssemos sem a pandemia. Dá os parabéns ao Henrique pela condução e  
440 diz que as pessoas estão se sentindo à vontade para falar. A secretária executiva Martha comenta  
441 que teremos que deixar a pauta do adiamento da eleição do conselho para uma próxima reunião  
442 devido ao horário e ao fato de alguns conselheiros terem saído durante e antes do término da  
443 reunião. A conselheira Cristiane pede a resposta sobre os representantes do grupo intersetorial. O  
444 servidor da Secretaria de Urbanismo Will responde a Cristiane que no grupo intersetorial não tem



CONSELHO DAS CIDADES DE MARICÁ  
CONCIDADE - MARICÁ

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA – Maricá, 14 de julho de 2020**

445 representante da CEDAE e ENEL, mas que eles podem ser convidados. No decreto de criação do  
446 grupo intersetorial já restou previsto algumas entidades estaduais e chegamos a convidá-las, mas  
447 elas não respondem. O convidado Henrique comenta que por experiência, esses órgãos que não  
448 são municipais, eles dificilmente vão participar de grupos do executivo municipal, pois isso tem  
449 uma interferência entre esferas, tem muitos órgãos federais e estaduais que tem proibição  
450 expressa de suas procuradorias dizendo que não pode participar de um grupo do executivo  
451 municipal; porém isso não nos impede de conversar com esses órgãos. O presidente Celso  
452 comenta que convidamos o MP e levamos em mãos ao promotor; ele se sentiu honrado, mas  
453 falou que infelizmente pela condição dele, ele não pode participar, mas gostaria de ser informado  
454 dos passos que estão sendo dados. O convidado Henrique fala que podem fazer reuniões próprias  
455 com estes órgãos. Sem mais questionamentos, a Reunião teve seu término às doze horas e vinte e  
456 três minutos. Eu, Martha Ann Schmitz, lavrei a presente Ata.

---

**Celso Cabral Nunes**

Secretário de Urbanismo e Presidente do ConCidade

---

**Martha Ann Schmitz**

Secretária Executiva do ConCidade